

(Haverá) Uma retórica para juristas (?)

Maio - 2021



Por Ana Pereira de Andrade,
docente de Argumentação e Retórica

Sempre que me pedem para escrever ou falar de “retórica para [inserir grupo profissional ou outro]”, fico apreensiva, pelo facto de que tudo o que tenho para dizer é que não acredito numa (etimologicamente) arte de bem falar dirigida a certos setores da sociedade ou papéis sociais: afinal, não será por sermos rotulados como X que as características que compõem a nossa personalidade se aproximam mais das de outros membros de X. E é justamente por isto que, sem mais suspense, tenho de negar a questão que lança o mote deste texto: não, nada tenho para ensinar a juristas, no sentido de lhes passar uma lista de dicas a aplicarem na sua vida profissional. Afortunadamente, antes de termos juristas temos pessoas – e a essas já terei meia dúzia de coisas para dizer.

As últimas décadas fizeram emergir, pela sua especificidade e progresso imparável, algumas competências que sentimos como contemporaneamente imperativas (esquecendo que são as do ser humano, desde sempre, em maior ou menor grau), que certa literatura designa de *soft skills* e que, globalmente, sentimos que nos melhoram a vida, caso as dominemos. Por conseguinte, nunca se venderam tantos livros sobre “pensamento positivo”, “inteligência emocional”, comunicação interpessoal e quejandos, que parecem oferecer-nos a resolução dos nossos problemas, a troco de alguns euros.

Segundo eles, a tarefa afigura-se fácil: perante tutoriais que nos conduzem, como que na montagem de um móvel do Ikea, parece que só teremos de seguir os passos tal qual nos são recomendados pelos autores e tudo atingiremos: a felicidade, o bem-estar material, o equilíbrio emocional, uma excelsa forma física, a reversão dos problemas ambientais, a cura de constipações com mezinhas caseiras e o saber-viver. O problema reside no facto de que, exatamente como aquando da montagem de um móvel do Ikea, nem todos temos o mesmo jeito para coisa: para uns é fácilímo, nem precisam do livro de instruções; para outros, depois de uns dedos amassados e de parafusos em falta, lá se consegue um resultado aceitável; para uma (arriscaríamos) imensa quantidade de gente, a experiência revela-se frustrante, na medida em que se-toda-a-gente-consegue-por-que - não-consigo eu?

A resposta é, e perdoarão a sobrançeria, simples, e acarreta consequências complexas e cruas: porque não somos todos iguais, porque não aprendemos todos do mesmo modo e porque funcionamos de forma díspar, a partir de uma miríade de características e vivências singulares. Pretender que duas ou mais pessoas tenham os mesmos resultados, com base numa mesma metodologia, tacitamente apresentada como infalível, gerará uma maioria de más experiências, que torna os objetivos ainda mais

longínquos para quem os pretende alcançar – seja no âmbito de um programa escolar oficial ou nestas aprendizagens autodidatas que todos levamos a cabo de modo mais ou menos intuitivo. E aqui reside, como compreenderão, a minha incapacidade de dirigir as minhas considerações, a propósito de retórica ou do que quer que seja, a uma classe profissional, inevitavelmente composta por indivíduos com características diversas e personalidades distintas.

Uma destas competências que, a partir da segunda metade do século XX, de forma paulatina, e no século XXI de modo flagrante, se procura dominar a todo o custo, é a arte de bem falar em público. Percebe-se hoje, como se percebera já na Grécia Antiga que, num estado democrático, dominar a arte da retórica é sinónimo de poder – seja ele institucional ou pessoal, na medida em que fazermo-nos entender e cativarmos o outro por meio do nosso discurso, ao dar a conhecer as nossa crenças ou propostas, é meio caminho andado para que ele seja convencido por nós (e a verdade é que, como notou Nietzsche, a linguagem humana é intrinsecamente retórica, ou persuasiva, sendo que todos gostamos de convencer).

Daí a infindável e permanente oferta de palestras, *workshops*, ações de formação e livros, que pretendem ensinar-nos a falar bem perante outrem: ela justifica-se porque todos queremos deter esse poder, ultrapassando os constrangimentos que levam uma imensa maioria a temer falar em público como se teme o assalto dos seres horríficos dos filmes de terror. No final de cada uma dessas experiências, temos a esperança de nos tornarmos, miraculosamente, uma daquelas pessoas que nos encanta ouvir, um daqueles seres hipnotizantes que nos convenceriam do maior dos dislates, um dos que poderiam ganhar a vida a discursar, que admiramos à distância. E é com real surpresa (e desgosto e desalento) que verificamos que não é assim que acontece, acabando por nos remeter para aquele vasto grupo dos que continuarão a estremecer sempre que pensam em falar para mais do que uma pessoa (ou até com uma pessoa, dependendo das circunstâncias) – porque, afinal, até nem estamos sozinhos e deve ser normal.

Serve o introito para avançar desde já a ideia preponderante: falar em público é, sem margem para dúvidas, uma arte que se aprende, ainda que não possamos pretender dominá-la em meia dúzia de horas. Na verdade, há toda uma série de fatores que entram em linha de conta, no domínio desta competência, e que se prendem, nomeadamente, com as características individuais de cada sujeito (que vão do carisma ao conhecimento do

conteúdo sobre que pretende comunicar), mas também com a sua apetência para a tarefa e com aspetos que não são domináveis pelo orador.

Se tivermos em conta estes cerceamentos, seremos aprendizes mais capazes, porque menos iludidos: não há receitas mágicas nem milagres, porque o mesmo chapéu não pode servir todas as cabeças – o que não faz dele um chapéu de menor qualidade.

São inúmeras as situações em que nos vemos perante a necessidade de falar em público — tantas que, frequentemente, nem damos por elas, e fazemo-lo sem pensar (nem ter medo, em muitos casos, porque só tememos aquilo de que temos consciência): o debate/diálogo um para um, a conversa *inter pares*, enquanto encarnado um dos nossos muitos papéis sociais, ou no papel de oradores em palestras, conferências, debates, aulas (políticas, profissionais, sociais, etc.).

Pesem embora todos os exemplos válidos categorizados, é neste último modelo de “falar em público” que quase todos pensamos, quando pensamos em falar em público: nós, sozinhos, em frente a um público que mal vemos. Ou que vemos bem demais. Todos os olhos postos em nós, prontos a julgar-nos e a dilacerar-nos a autoestima. Eles, o inimigo, contra nós, as vítimas desprotegidas. Neste caso, é comum, de facto, o público ser em maior número — o que até deveria ser sinal da importância reconhecida ao orador (nós); pelo contrário, o nosso terror (no papel de oradores) leva normalmente a melhor, e sentimo-nos a mais pequena das criaturas, sobretudo porque temos como referência os melhores palestrantes do planeta, aqueles que parecem ter nascido para encantar plateias, que se sente estarem perfeitamente à vontade e que nunca ficam nervosos, jamais lhes treme a voz ou as pernas e sabem sempre o que dizer, tal como os livros sobre falar em público que lemos vorazmente nos prometeram que faríamos, também, assim seguíssemos as suas dicas infalíveis. Só que não, definitivamente não. E agora?

Pois bem, agora fazemos o que costumamos fazer em qualquer situação em que sentimos que precisamos de melhorar: trabalhamos para isso. Do mesmo modo que ninguém nasce musculado e versado em astrofísica, ninguém vem ao mundo com todas as competências necessárias para ser bem-falante, perante um público, seja ele qual for. De resto, a arte de bem falar é uma das áreas que tem sido alvo de abordagens diversas, ao longo da história do pensamento ocidental, o que indica que se trata de um saber que pode, como todos os outros, ser melhorado e refinado.

Uma coisa é indubitável: na qualidade de “animais sociais”, os seres humanos estão obrigados à comunicação, como Aristóteles percebeu já no século IV a.C.: “a natureza não faz nada sem um propósito, e o homem é o único entre os animais que tem o dom da fala. Na verdade, a simples voz pode indicar a dor e o prazer, os outros animais possuem-na (a sua natureza foi desenvolvida somente até ao ponto de ter sensações do que é doloroso ou agradável e externalizá-las entre si), mas a fala tem a finalidade de indicar o conveniente e o nocivo e, portanto, também o justo e o injusto” (Aristóteles - *Política*, I, 1253b, 15).

Ou seja: é porque temos voz e um código de linguagem que permite que nos entendamos que somos capazes de nos organizar e criar regras gerais, em que acordamos, de modo a que a sociedade que criamos seja reflexo do que é melhor para todos ou, ao menos, para o considerado ser humano comum, sem descuidar as especificidades e necessidades dos que não se encaixem naquela categoria. Ou, digamo-lo de outro modo: em democracia, a comunicação humana não pode evitar ser retórica, na medida em que todos temos a obrigação de, através do voto e outras manifestações de posição, contribuir direta ou indiretamente com o nosso ponto de vista, por forma a que a nossa comunidade se aproxime daquilo que consideramos ser o ideal. Para isso, discutimos, debatemos, ouvimos, pensamos, contestamos, reformulamos, mudamos de ideias, pensamos melhor, voltamos a expressar-nos — e quanto mais e melhor o fizermos mais preparados estaremos para o fazer “em público”, mesmo que o público sejamos nós, em discussão connosco mesmos, frente ao espelho da casa de banho (porque não sabemos quanto aos caríssimos leitores, mas nós, deste lado, já tivemos as mais fervorosas discussões connosco mesmas, a ponto de por vezes nos tirarmos o sono, porque somos umas chatas impertinentes).

Creemos que algo é mais ou menos consensual: num estado de direito democrático, em que a todos é reconhecida a liberdade de expressão, quem melhor fala não só é mais eficaz na transmissão da sua mensagem como também é mais reconhecido, mais persuasivo, mais admirado. Ora não é preciso termos ambições políticas ou desejarmos ser apresentadores de telejornais (ou juristas, lá está) para que sintamos a necessidade de dominar esta competência: queremos ser mais bem compreendidos, pretendemos que as nossas mensagens sejam claramente percebidas, gostamos de ver as nossas propostas serem acolhidas por aqueles a que nos dirigimos — seja a família que se encontra em processo de decidir as próximas férias, o amigo a quem demos conselhos sobre a vida

sentimental ou o colega a quem sugerimos livros a ler ou restaurantes a visitar. Há quem seja autodidata e o faça sem problemas, há quem sinta algumas dificuldades e queira aprender sobre o assunto, mas não tenhamos ilusões: todos podemos melhorar as nossas capacidades no que à arte de bem falar diz respeito.

Um discurso ou uma apresentação eficazes mexem com o auditório e dão-lhe algo em que acreditar, seja de que dimensão for – e as pessoas precisam de acreditar em alguém, nalguma coisa. As pessoas querem sentir-se inspiradas, motivadas, animadas (no sentido etimológico do termo, da *anima* latina, do que anima um corpo, uma existência). Por isso dizemos que qualquer bom discurso tem de acrescentar algo à realidade que existia, antes de o discurso ser proferido. Nem mais nem menos. E, se assim não for, mais vale guardar silêncio, que é uma coisa tão bonita e subvalorizada. Por isso, permitir-nos-íamos afirmar, muito resumidamente, que essa é a marca dos grandes oradores: serem capazes de acrescentar mundo ao mundo, por força das suas palavras, coadjuvadas pelos gestos, pela voz, pela imagem, pelo carisma e por tudo aquilo que um indivíduo transporta.

Ora todos nós sabemos usar as palavras, temos uma voz, uma imagem e um carisma a construir, pelo que é seguro afirmar que todos somos, em potência, bons oradores. Ou que, pelo menos, temos tudo aquilo de que precisamos para o sermos: todos sabemos reconhecer discursos convincentes, todos sabemos o que é sentirmo-nos especiais, enquanto audiência de um bom comunicador, todos gostamos de ouvir histórias que ilustrem teorias ou pontos de vista, todos sentimos a empatia que um bom orador sabe criar e, obviamente, todos sabemos reconhecer um mau comunicador. Ou seja, a tarefa parece fácil: “só” temos de nos tornar na pessoa que gostaríamos de ouvir – e isto não corresponde a um tipo específico, já que os estilos dos bons oradores em que possamos pensar são bem díspares, em consonância com a individualidade de cada um.

E o medo? Onde fica, afinal, o medo de falar em público, que de tão avassalador já ganhou uma designação (glossofobia, literalmente o medo da palavra) e que já se percebeu ser o maior obstáculo para uma espantosa quantidade de sujeitos? Poderemos afiançar, com segurança, que nenhum dos magníficos oradores que conhecemos, da televisão e outros meios de comunicação, sente ou sentia medo de falar em público? Será a absoluta ausência de medo que lhes permite serem os comunicadores que nos habituámos a adorar?

Adoraríamos proporcionar aos leitores a alegria de uma resposta perentória e carregadinha de segurança. Em vez disso, o que temos é o que se segue: não sabemos e nunca saberemos, a menos que tenhamos a oportunidade de falar com algum deles (pelo menos, dos vivos, que serão mais acessíveis) e a sorte adicional de ele ou ela no-lo confessar, se o souber. Ou seja, o mais provável é ficarmos-nos pelo não-sabemos-e-nunca-saberemos, e por nós está muito bem assim, na medida aquilo que consideramos ser determinante não é o medo que sentimos, mas o modo como lidamos com ele. Arriscar-nos-íamos a dizer que haverá (se houver) muito poucos seres humanos que nunca tenham sentido aquele friozinho no estômago antes de uma apresentação importante, as mãos a tremelicar antes da reunião decisiva, o coração a bater descompassadamente antes daquela palestra que agora não sabemos por que diabo nos comprometemos a dar, quando na realidade só queremos o manto da invisibilidade do Harry Potter para nos cobrir e partir para longe daquela insanidade. E tudo bem, só temos de aprender a lidar com tudo isso, usando tudo o que temos em nosso favor, até que o ato se descomplique e se torne algo de mais natural.

Se há casos patológicos? Há. Mas serão muito poucos. A maioria de nós só tem de saber ultrapassar os primeiros obstáculos para depois sentir o prazer de entrar em velocidade de cruzeiro e desfrutar da conversa que tem de ter com o público em causa. Porque a verdade é que não só parece que estamos todos no mesmo barco (sim, o público também, se passar para a posição de orador) mas porque é sobejamente mais assustadora a ideia de ter de falar em público do que a efetiva experiência de o fazer.

Ora a grande maçada é que um bom orador tem, antes de mais nada, de saber o que quer dizer, tem de ter uma mensagem para passar – e, para isto, precisa de pensar: por que quero enveredar pelo caminho A e não pelo B? E que estratégias serão as melhores para abordar o assunto? Saberei o suficiente sobre o tema em causa ou sinto que deveria ir informar-me melhor? Estarei capaz de responder a eventuais questões do público ou dos meus pares? Qual é a mensagem que quero que as pessoas recebam, afinal?

E são justamente estas questões, ou o modo como o orador lida com elas, que podem marcar a diferença entre uma comunicação segura e cativante e uma outra, periclitante e causadora de vergonha alheia (e própria) – muito antes de pensarmos na gestualidade ou na projeção de voz, ou mesmo na construção do discurso.

Entendemos o pensamento que designamos de crítico (e que deve subjazer a qualquer discurso argumentativo) como aquele que se debruça sobre si mesmo, avaliando-se à medida que se constrói, falsificando-se (no entender popperiano) enquanto se erige, de modo a que o sujeito pensante esteja ao corrente não só das várias perspetivas sobre um dado assunto, o que o fará discuti-las, entender os seus fundamentos e escolher a que considera mais bem formulada, como a que seja capaz de refutar qualquer objeção que se coloque ao seu pensamento. A pedra de toque para que saibamos que temos um pensamento consistente e bem alicerçado é perceber se o discutimos tanto connosco mesmos como seremos capazes de o discutir com outrem.

Porque a verdade é esta: um discurso que não assente num pensamento sólido (que não dogmático, antes coeso e bem alicerçado) irá, certamente, manifestar a impreparação do seu autor, fragilizando-o e fazendo-o temer questões do público, porque não se sente (nem está) preparado para lhes responder, já que nunca pensou nelas. Neste sentido, alinhamos com um dos mais importantes filósofos do século XX, Ludwig Wittgenstein, célebre aluno do não menos famoso Bertrand Russel, que, na sua obra de maior relevo, o *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), escreveu: “Weherof one cannot speak, thereof one must be silent”, que traduzimos por “do que não se pode falar, guarde-se silêncio”. Pesem embora as dificuldades de interpretação que, à época, a frase gerou, dando origem a célebres confrontos de pensadores, cremos poder afirmar que, no âmbito em apreço, esta frase pode ser interpretada por nós como tendo uma de duas significações que acabam por ser complementares: (i) se não consegues dizer nada de útil ou interessante acerca de um assunto, provavelmente deverias ficar calado e (ii) se não estás qualificado para discutir algo, debes desejavelmente manter-te em silêncio.

Se todos adotássemos estas duas leituras do sábio aforismo wittgensteiniano, imagine-se a quantidade de discurso vazio que se pouparia, as vergonhas (próprias e alheias) por que não teríamos de passar e o ruído evitado. Ainda assim, porque o “bitaite” está-nos no sangue e é transversal (seja em sede de conversa de café ou em jantares de amigo, venha do sr. Ilídio da esquina ou de altas figuras da nação), havendo pouco a fazer quanto a essa compulsão básica do ser humano, reservemos estes cuidados ao menos para as situações em que, perante um público, estamos sujeitos ao seu escrutínio, e façamos com que as nossas palavras sejam melhores do que o nosso silêncio, como diz o provérbio (alegradamente) indiano.

Entendamos, sobretudo, que, para bem falar em público, não nos basta falar fluentemente, usar bem as palavras e preparar um discurso que cativasse o auditório. Muito mais do que construir frases de grande impacto, para lá do domínio das técnicas do bem dizer, é preciso saber pensar – e isto não significa menos do que conseguir articular as razões ou os argumentos que fundamentam a nossa posição, conseguir antecipar e perceber a pertinência de eventuais objeções, no sentido de as acolher ou rejeitar, segundo se mostrem ou não passíveis de enriquecer as nossas propostas. Mais: no seguimento de Wittgenstein, é necessário ter sempre presente que o falar só faz sentido se for a expressão de um raciocinar. É esta competência argumentativa que vem a assumir-se como pedra de toque da oratória simultaneamente eficaz (porque persuasiva e cativante), racional (porque resulta de um processo de pensamento rigoroso e democrático) e livre (porque não decalcado do pensamento ou do discurso de quem quer que seja, para além do próprio, obviamente contagiado pelas suas vivências e referências intelectuais).

A verdade é esta: ou nos tornamos eremitas e nos demitimos das nossas funções e papéis sociais ou, mais tarde ou mais cedo, todos vamos estar perante uma situação em que temos de falar em público. E já que se trata de facto consumado, mais vale que o façamos o melhor possível, sem sofrer demasiado com a ansiedade que isso nos causa.

A este propósito, há quem diga (incluindo alguns manuais de *public speaking*), genericamente, mas também a propósito da glossofobia, que não devemos ter medo de nada a não ser do próprio medo – mais um dos clichés que rejeitamos por julgarmos que não vai para além da superfície, é mais um conjunto de palavras repetidas sem que se pense muito no que se diz. Isto porque, se o aplicarmos à questão que aqui analisamos, isto significaria que não devemos temer falar em público, mas apenas o medo de falar em público. E a nossa pergunta é: ficamos melhor, assim? Que sentido faz ter medo do medo? Que se faz com isso? É melhor ter medo do medo do que ter apenas medo? Para quê recusá-lo ou crer que só falaremos bem em público quando deixarmos de ver a ação como uma ameaça ao nosso conforto? E se nunca deixarmos de ter medo, já que este se alimenta de si mesmo, se nos quedarmos nele? Significará isso que nunca poderemos falar em público, apesar do medo? Estamos assaz baralhadas e sem saber como entender esta pretensão de lidar com o medo como com uma ameaça – porque, clichés por clichés, preferimos o que diz que “se não o podes vencer, junta-te a ele”, sendo que estamos a referir-nos ao medo.

Se há uma lição a tirar de todas estas linhas, é a de que, para além de não haver fórmulas universais e infalíveis que nos tornem bons oradores, o medo não pode ser um obstáculo a coisa alguma: se temos medo de falar em público, teremos de o enfrentar, não apenas para o combater, mas para trabalhar com ele. O medo torna-nos responsáveis, atentos a pormenores, faz-nos querer melhorar – por que não atentar nestas suas consequências positivas, em vez de o ver como um bicho-papão que nos vai fazer passar por tontos? Por que não torná-lo nosso aliado? É que a absoluta ausência de medo pode conduzir a um comportamento não menos perigoso: a confiança excessiva, a falta de preparação (mesmo quando se sabe imenso sobre o assunto), o improviso absoluto e não planeado, bem como a sobranceira são igualmente características a evitar, e há inúmeros oradores que caem neste extremo, justamente por não terem sequer vestígios daqueles sintomas que listámos como sendo os da glossofobia: porque mesmo o orador mais experiente sentirá alguma taquicardia, provavelmente umas borboletas no estômago ou até mesmo um rubor a assomar-se ao rosto – chamamos a isso sentido de responsabilidade, que não só louvamos como aplaudimos.

Sem medos, portanto.

A palavra é, agora, toda vossa.